

A 'HONRA' DE CAVALARIA E A ARISTOCRACIA MEDIEVAL PORTUGUESA

CHIVALRIC 'HONOUR' AND THE PORTUGUESE MEDIEVAL ARISTOCRACY

MIGUEL AGUIAR
CEPESE - U. Porto | LaMOP - U. Paris I
<http://orcid.org/0000-0002-1930-1845>

Resumo: Este artigo procura refletir sobre a relação entre a aristocracia medieval portuguesa e a cavalaria, na sua dimensão plural de categoria social e de ideologia que viria a caracterizar os grupos dominantes na hierarquia social medievá. Interessa discutir a importância dos *militēs*/cavaleiros quer na sociedade dos séculos XII e XIII, quer nos séculos XIV e XV, evidenciando, em ambos os períodos, a polissemia desse estatuto e relacionando-o simultaneamente com as etapas de construção e articulação da ideologia cavaleiresca em Portugal. Importa também ponderar o surgimento dos símbolos e dos rituais da cavalaria enquanto autoimagem dos diferentes quadrantes da aristocracia: dos infantes, da alta nobreza ou dos cavaleiros propriamente ditos. Num plano mais lato, este estudo tem como objetivo refletir acerca da importância da cavalaria para a coesão mas também para a renovação do grupo aristocrático.

Palavras-chave: cavalaria; cavaleiros; aristocracia; nobreza; Portugal.

Abstract: This article aims to research the relationship between the Portuguese medieval aristocracy and chivalry in its various dimensions, i.e. as a social category and as an ideology that would eventually typify the dominant groups in the medieval social hierarchy. The role of *militēs*/knights both in the 12th-13th and later in the 14th-15th centuries will also be an important issue to be addressed. In this case, the polysemy of these social groupings and their evolution through the different phases of Portuguese chivalric ideology will be of great importance to the discussion. Furthermore, the emergence of chivalric symbols and rituals as self-images of the aristocracy –such as *infants*, high nobility or knights themselves– will be considered for this matter. In a much broader sense, this study aims to reflect upon the role of chivalry in the cohesion and renovation of aristocratic groups.

Keywords: chivalry; knights; knighthood; aristocracy; nobility; Portugal.

SUMÁRIO

1. Introdução.– 2. Cavalaria: de segmento social a ideologia aristocrática (sécs. XII-XIV).– 3. Cavalaria: imagem e ideologia do grupo aristocrático (sécs. XIV-XV).– 4. Conclusão.– 5 Bibliografia citada.

1. INTRODUÇÃO

Na igreja do Convento da Graça, em Santarém, encontra-se um monumento funerário composto por duplo jacente sobre arcaz de D. Pedro de

Meneses, *hum dos homrados cavaleiros do mundo*¹, conde de Vila Real e primeiro capitão de Ceuta. A pétrea figura do conde, de arnês e esporas, representa um estilo de vida: o de um *muy esforçado cavaleiro*, como é descrito no respetivo epitáfio. Os faciais da arca contêm as armas do conde e a sua divisa –*ALEO*– lembrando a pertença à antiga e poderosa linhagem dos Meneses². O conjunto tumular evoca por isso a memória de uma figura representativa dos ideais da aristocracia lusitana no século XV: inquestionável fidalguia, símbolo de encarnação de superiores virtudes, e uma vida orientada na demanda de honra através de feitos guerreiros.

No presente artigo, importa ponderar um conjunto de questões acerca da relação entre a cavalaria e o grupo aristocrático. Neste caso, entende-se *aristocracia* como o conjunto dos dominantes no esquema social medievo, não restringindo por isso a análise à *nobreza* ou aos *fidalgos*, mas incluindo também as chamadas *elites* ou *aristocracias urbanas*³. Partindo deste plano, interessa perceber porquê e a partir de que momento a cavalaria se torna numa ‘instituição’ suficientemente madura para articular discursos e rituais que por sua vez influenciaram os diferentes quadrantes da aristocracia. Como se explica, por exemplo, a convivência entre a pluralidade social do estatuto de cavaleiro e a ascensão do arquétipo de *bom cavaleiro* enquanto autoimagem da realeza e da alta nobreza? Qual o impacto da cavalaria na estruturação e hierarquização da aristocracia, isto é, em que medida os seus ideais e práticas foram contribuindo simultaneamente para a sua coesão e renovação?

Tais questões só foram parcialmente ponderadas pela historiografia portuguesa, que nunca fez da cavalaria um objeto de estudo por si só⁴. Em especial no que toca aos séculos finais da Idade Média, em que os sinais da existência de uma cultura cavaleiresca mais articulada e desenvolvida se evidenciam claramente, o tratamento historiográfico foi genérico e partiu do pressuposto de que esses sinais refletiam apenas algo de anacrónico e decadente⁵, ignorando, por exemplo, o seu impacto ao nível da estruturação do

¹ Zurara 1997, p. 524.

² Pontes 2008, p. 146.

³ Segue-se o conceito de *aristocracia* proposta por Joseph Morsel, não restringindo a análise à “nobreza” ou às “elites urbanas”. Como afirma o autor, o conceito de aristocracia usado desta forma “renvoie fondamentalement au phénomène social que les querelles de chapelles ont largement fini par occulter: la domination sociale à long terme d’une groupe restreint d’individus, au prix d’adaptations liées à l’évolution sociale générale”. Por essa razão, não se excluem “ces couchés ruraux et urbains supérieurs que les discours ultérieurs excluent de la «noblesse» mais sans lesquelles l’aristocratie n’aurait pu se reproduire”, Morsel 2004, pp. 6-7. Veja-se também Morsel 2015, pp. 449-454.

⁴ Veja-se uma reflexão acerca do estado da arte em Aguiar 2016, pp. 15-18; 2018.

⁵ Marques 1971; Saraiva 1988.

grupo aristocrático, precisamente um dos aspetos que interessa ter em conta no presente estudo. Para procurar dar resposta às questões apresentadas, recorreu-se a um conjunto diversificado de fontes: cronística, tratadística, literatura genealógica, legislação, inquirições e documentação diplomática de diversa índole⁶. Uma vez que, no plano diacrónico, a instituição cavaleiresca dá sinais de uma maior maturação e expressividade no final da Idade Média, este artigo adotará uma divisão cronológica, abordando as questões acima elencadas em dois períodos: entre os séculos XII e XIV e, posteriormente, a segunda metade do século XIV e o XV.

2. CAVALARIA: DE SEGMENTO SOCIAL A IDEOLOGIA ARISTOCRÁTICA (SÉCS. XII-XIV)

Convirá salientar desde logo que a cavalaria não foi considerada em toda a Idade Média como uma “honra” ou uma “ordem”, dotada de uma ideologia específica⁷. Aliás, o triunfo da conceção que dela fazia um ideal da “classe” dos cavaleiros e uma referência ética e de autoimagem das camadas mais altas do estado aristocrático, e mesmo da realeza, consolidou-se em diferentes fases. À primeira vista, ela já detém grande importância no espaço francês ou inglês no século XII⁸, difundindo-se pouco depois em Leão e em Castela⁹. Em Portugal, contudo, e à luz dos testemunhos que chegaram até ao presente, o fenómeno parece ser um pouco mais tardio¹⁰. Um dos desafios é, por isso, tentar compreender o desfazamento cronológico português quando comparado, desde logo, a outros espaços ibéricos. No entanto, acentue-se, é um desfazamento que se reflete sobretudo na adoção do ideário cavaleiresco por parte das altas esferas da aristocracia e do rei. No que concerne ao destaque social dos *milites*/cavaleiros, a discrepância não é tão exacerbada¹¹.

⁶ Documentação publicada em diversas coletâneas documentais portuguesas, e sobretudo de produção régia. Estes fundos não constituíram o campo de intervenção prioritário para os meus trabalhos anteriores –em especial a dissertação de mestrado– e foram sendo analisados de forma cumulativa, aproveitando nomeadamente os seus excelentes índices.

⁷ Sobre o surgimento e evolução da cavalaria vejam-se Flori 1986; Barber 1995; Keen 2005 (reedição; primeira edição de 1984); Barthélemy 2007; Kaeuper 2016.

⁸ Flori 1986, 1999; Barthélemy 2007; Saul 2012.

⁹ Para este assunto tenham-se em conta os trabalhos de Palacios Martín, 1998; Rodríguez-Velasco 1993, 2006; Porrinas 2015.

¹⁰ Mattoso 1985b, 1993; 1995, pp. 124-125; Aguiar 2015a.

¹¹ Veja-se a recente proposta de divisão cronológica da evolução da cavalaria por Kaeuper 2016, pp. 57-154. Sobre a polissemia dos termos *miles* e *milites* no espaço leonês e castelhano entre o século XI e a primeira metade do XIII vejam-se Grassoti 1969, pp. 49-69f; Porrinas 2015, vol. I, pp. 82-104.

Parece indiscutível que os indivíduos identificados na documentação como *militēs* e, quando os documentos começam a ser redigidos em português, como cavaleiros, desempenharam um papel de crescente importância na sociedade dos séculos XI a XIII. Tendo começado por ser essencialmente servidores nos séquitos armados dos reis e da alta nobreza, eles foram-se tornando indivíduos proeminentes quer nas regiões de maior domínio nobiliárquico, como o Norte senhorial, localizado entre os rios Vouga e Minho, quer nos territórios mais meridionais, onde predominava a organização concelhia¹². A profissão guerreira, fonte do seu poder, definiu por seu turno a posição social ocupada. As vicissitudes da Reconquista, obrigando a sociedade a organizar-se para a guerra¹³, guindaram os homens com posses suficientes para adquirir armas e montadas a uma esfera de relevância superior nas regiões fronteiriças, onde os confrontos armados marcavam o quotidiano, os cavaleiros tornaram-se a aristocracia local¹⁴. Eram eles que, muitas vezes equiparados aos *infações* dentro das circunscrições concelhias onde viviam¹⁵, detinham o governo das comunidades; eram eles que estavam em melhores condições de colher lucros com as operações de fosoado¹⁶, espécie de raides sobre território inimigo e importante fonte de obtenção de proventos materiais. Aristocracia dominante na malha concelhia em que se dividia o território mais meridional do reino que se estava a construir nos séculos XII e XIII, os *cavaleiros vilãos* procuraram impor mecanismos que lhes permitissem reproduzir, nas gerações seguintes, uma situação privilegiada. Algumas das cartas de foral outorgadas pelos monarcas passaram a contemplar prerrogativas para distinguir os cavaleiros *per naturam* daqueles que eram elevados a essa categoria numa nova geração¹⁷, ao mesmo tempo que se aprimoravam certos instrumentos jurídicos e económicos para preservar a condição privilegiada dos que já detinham armas e cavalos¹⁸.

Aristocracia local, como a historiografia convencionou chamar-lhes, os cavaleiros vilãos foram por vezes favorecidos pela proximidade ao po-

¹² Mattoso 1985a, pp. 171-192; 1995, pp.113-120 e 188-191; Barros 1945, vol. II, pp. 361-365.

¹³ Usando a expressão da obra de Powers 1987.

¹⁴ Coelho 1996; Mattoso 2011, pp. 353-365.

¹⁵ Acerca dos privilégios e evolução da cavalaria vilã ver Mattoso 1985a, pp. 171-192; 2011, pp. 353-365; 2011b, pp. 367-378; Coelho 1996, pp. 253-260. O estudo de Reis 2002 é também um guia prático para ir seguindo a evolução dos privilégios da cavalaria-vilã.

¹⁶ Sobre a dimensão militar dos cavaleiros vilãos vejam-se Barroca 2003, pp. 90-92; Martins 2014, pp. 76-101.

¹⁷ Como o foral de Leiria, de 1142 (Reis 2002, pp. 118-119).

¹⁸ Não só o exercício de justiça e a equiparação aos *infações* dentro dos concelhos, como os prazos garantidos para adquirir nova montada no caso de morte ou incapacidade da anterior.

der régio, que neles via um braço armado fundamental. É disso exemplo a já amplamente estudada relação entre os cavaleiros de Coimbra e D. Afonso Henriques [r. 1139-1185]¹⁹. Instalados nesses burgos fronteiriços, próximos do monarca e da guerra, os cavaleiros dos concelhos também se fundiram com famílias de *cavaleiros de linhagem* vindas do Norte, como é bem visível em Santarém ao longo dos séculos XII e XIII²⁰. Isso não quer dizer, ainda assim, que o convívio entre estes grupos de diversificada proveniência fosse pacífico. Os cantares trovadorescos, por exemplo, refletem amiúde o desprezo e o ridículo a que a fidalguia vetava os cavaleiros vilãos²¹. Seja como for, a verdade é que, nas suas múltiplas aceções, o estatuto de cavaleiro abria caminho a formas de renovação do grupo aristocrático.

Um ponto parece afigurar-se evidente: os homens identificados como *militēs*, *cabalarius* e posteriormente como cavaleiros, passaram a deter um lugar de certa proeminência na organização social, fosse nos concelhos –como se tentou demonstrar nos parágrafos anteriores–, fosse no Norte senhorial, onde esse estatuto era transmitido geracionalmente e implicava uma série de vantagens sociais e económicas, significando ainda por vezes o exercício de poderes públicos²². Há vários sinais que comprovam esse estatuto privilegiado. Nas Inquirições ordenadas por D. Dinis [r. 1279-1325], inquéritos que podem ser considerados devassas do poder régio sobre a área mais senhoria-lizada do reino, os funcionários ao serviço da coroa perguntavam *se en esta freegesia ha cassa de cavaleyro ou de dona per que se defenda per onrra*²³, pois isso determinava os limites da intromissão do poder do rei. De resto, reconhecendo a situação de privilégio do estatuto cavaleiresco, e para que o monarca não visse os seus direitos sonogados, as cartas de foro da propriedade régia proibiam explicitamente que o imóvel aforado fosse objeto de qualquer transação com pessoas “poderosas”; assim, os aforadores *non deuen vender nen dar nen enalhear a propriedade a caualeiro nen a Dona nen a orden nen a clérigo*²⁴. Pela mesma época (1305), uma lei de D. Dinis procurava evitar a difusão da dignidade cavaleiresca nos concelhos²⁵. Ditava-se que

¹⁹ Mattoso 1985a, pp. 211-212.

²⁰ Viana 2012, pp. 61-81.

²¹ Mattoso 1995, pp. 231-234.

²² Ventura 1992, vol. I, pp. 119-125.

²³ Sottomayor-Pizarro 2015, p. 429.

²⁴ Marques 1990, p. 25.

²⁵ “E ora dizem a mjm que alguus sse trabalham pera sseerem caualeiros e nom per mjm mais per outrem que os nom podem fazer caualeiros nem quita los de deryto que a mjm deuem a fazer (...) E eu ueendo que o deryto manda que nenhuu homem dos dos Conçelhos da mha terra nom podem seer caualeiros senom per mjm ou per meu mandado”, *Livro das Leis e Posturas* 1971, p. 202.

novos cavaleiros não podiam ser feitos em tempo de paz senão por mão do rei ou do seu filho herdeiro, proibindo-se que outros pudessem conceder um título que certamente eximiria alguns de obrigações fiscais e de serviço para com o monarca²⁶.

Fosse no Norte senhorial, fosse no Portugal recentemente conquistado ao inimigo muçulmano, os cavaleiros encontravam-se numa posição social teoricamente favorável e privilegiada, quer proviessem de famílias ancestralmente instaladas num solar nortenho, quer fossem membros de estirpes mais recentes ou notabilizadas localmente pela prática da guerra²⁷. Um grupo social privilegiado ao qual é imputada progressivamente uma imagem de distinção, plasmada designadamente nas leis pragmáticas iniciadas no tempo de D. Afonso IV [r. 1325-1357]²⁸.

Como se vê, o desfasamento cronológico de Portugal face a outros espaços da Cristandade no que toca à importância da cavalaria não se exprime no plano da relevância social dos cavaleiros. A diferença, como se salientou de início, expressa-se na aparente resistência demonstrada pelas mais altas esferas da aristocracia em adotar o ideário cavaleiresco e utilizá-lo como uma imagem identificativa. Os *Livros de Linhagens*, em particular o da autoria do conde D. Pedro, completado na década de 40 do século XIV e com sucessivas refundições até ao fim dessa centúria, são os primeiros testemunhos de monta para analisar com maior profundidade a relação entre a aristocracia e a cavalaria, na sua plural aceção de categoria social e ideologia com os seus elementos específicos. De facto, no tempo em que estas obras são completadas, a cavalaria tornara-se numa categoria aristocrática, por vezes até claramente nobiliárquica – como se depreende da categoria “cavaleiros fidalgos” aí exposta várias vezes²⁹ –, construindo em paralelo o seu espaço enquanto ideologia característica da facção dominante. Aí se encontram expressões como “bom” ou “mui bom cavaleiro” enquanto forma de elogiar personagens como Gomes Viegas Portocarreiro³⁰,

²⁶ *Livro das Leis e Posturas* 1971, pp. 202-203. Estas situações de exceção ainda eram recordadas pelos grupos que, no final da Idade Média, descendiam destas formas de cavalaria vilã, como os cavaleiros de Maio (isentos de pagar jugada no tempo de D. Dinis) ou os cavaleiros de Carneiro, estudados por Oliveira 2005.

²⁷ Ventura 1992, pp. 34-38.

²⁸ Marques 1980, pp. 93-120.

²⁹ Mattoso 1980, 36F9, 72G2. Acerca desta terminologia veja-se Sousa 2007, pp. 896-897. Numa cantiga trovadoresca do século XIII, Gonçalo Anes do Vinhal estabelece uma diferença clara entre o estatuto de *cavaleiro* e de *infanção*. No caso, a composição destinava-se a criticar a falta de hospitalidade “d’um cavaleiro/ que se tem por infançom”, em Lopes, *et al.* 2011, <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1425&tr=4&pv=sim> [consulta: 29/08/2016].

³⁰ Mattoso 1980, 43B3, vol. II, p. 10.

Pêro Gonçalves de Portocarreiro³¹ ou Martim Vasques da Cunha³². Linhagens como os Cunha e Portocarreiro integravam de resto, desde o tempo de D. Afonso III [r. 1248-1279], o grupo dos *milites regis*, juntamente com outras estirpes que também tiveram um percurso ascensionista³³. Ainda assim, no panorama da nobreza portuguesa à época da redação dos livros (isto é, entre a segunda metade do século XIII e a década de 40 do século XIV³⁴), as linhagens de onde provêm estes indivíduos, embora se possam considerar cortesãs, ocupavam uma posição hierárquica intermédia³⁵. Ainda mais abaixo estavam outras famílias cujos membros são descritos como cavaleiros de um escudo e uma lança, como os Urrô (*cavaleiros de uu escudo e de ua lança, e nom de gram fazenda*³⁶), ou a linhagem de Fernando Aires de Corados (*e os que dele decenderom forom cavaleiros d'escudo e de lança*)³⁷.

O que aqui se depreende é que, no retrato que traçou da nobreza portuguesa, o conde D. Pedro de Barcelos associou a cavalaria sobretudo a um estrato de base da fidalguia, e não a uma honra por si só. Os cavaleiros, dizia-se nesse livro, *iam servir os senhores com seus cavalos e com sas armas, e tiravam deles algo e pro!*³⁸. Razão pela qual aparecem várias referências a *cavaleiros vassalos de rico-homem*, como é o caso de João de Aboim, que se diz ter sido *ricomem, e houve muitos cavaleiros por vassalos*³⁹. Tal condição permitia também que os cavaleiros fossem servindo diferentes senhores, por mais que essa situação pudesse redundar em mero oportunismo e não fosse socialmente bem vista, como se verifica em algumas composições trovadorescas⁴⁰. Seja como for, e no que à literatura genealógica diz respeito, é perceptível que, do ponto de vista ideológico e simbólico há, no que concerne às

³¹ *Ibidem*, 43B5, vol. II, p. 11.

³² *Ibidem*, 55Q6, vol. II, p. 78.

³³ Ventura 1992, vol. I, pp. 153-154.

³⁴ Mattoso 2001, pp. 34-35.

³⁵ Sottomayor-Pizarro 1997, vol. II, pp. 909-912 e 941-944; Ventura 1992, vol. I, pp. 345-373.

³⁶ Mattoso 1980, 44T4, vol. II, p. 28.

³⁷ *Ibidem*, 55B6, vol. II, p. 272.

³⁸ *Ibidem*, 72G2, vol. II, p. 167.

³⁹ *Ibidem*, 36X9, vol. I, p. 415. Leontina Ventura chama a atenção para o facto de linhagens de cavaleiros como os Aboim e os Chacim terem logrado chegar ao estatuto de ricos homens, Ventura 1992, vol. I, pp. 154, 478-483.

⁴⁰ Nomeadamente na cantiga da autoria de João de Gaia e dedicada a Fernão Vasques Pimentel. A propósito de o cavaleiro ter servido diferentes senhores (o conde Don Pedro de Barcelos, Don João Afonso de Albuquerque e, finalmente, o Infante Don Afonso (futuro rei Don Afonso IV)), o trovador dizia que “Come asno no mercad /se vendeu um cavaleiro/ de Sanhoan’a Janeiro/ três vezes – éste provado;/ pero se hoj’este dia/ lh’outrém der maior contia/ ficará com el de grado”, em Lopes, *et al.* 2011, <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1481&tr=4&pv=sim> [consulta: 29/08/2016].

grandes linhagens, uma ausência de expressões de índole cavaleiresca, quer como justificativo do lugar que ocupam, quer como elementos panegíricos. Confirma-se a ideia já expressa de que o desfasamento cronológico de Portugal face a outros espaços da Cristandade não está tanto na importância social dos cavaleiros mas sim na imposição de um discurso e de uma simbologia cavaleirescas enquanto marcas identitárias do grupo aristocrático, desde a alta nobreza até aos “simples” cavaleiros.

Esta constatação permite inserir uma reflexão importante: se é verdade que os cavaleiros –nobres ou vilãos– desempenharam um papel de indiscutível importância, fazendo da cavalaria uma ‘força viva’ da sociedade da Reconquista e do período sucedâneo, por que razão tardou em surgir, ou pelo menos em dar testemunhos de visível pujança, uma cultura cavaleiresca como aquela que por essa altura já orientava a realeza e a alta aristocracia de outros espaços da Cristandade?

Uma das causas parece repousar num facto já apontado por José Mattoso⁴¹: a força da cavalaria vilã, lutando, tal como a nobreza, no dorso de uma montada, pode ter sido uma barreira fundamental para que os mais altos –e por vezes mais antigos– estratos da aristocracia vissem nos valores da cavalaria uma ideologia atrativa. Contrariamente à ‘simples’ apresentação equestre, o sangue é que determinava a fidalguia dos indivíduos, definindo tanto o seu valor como o lugar que ocupavam no mundo dos homens, convicção que talvez não seja alheia à profusão da literatura genealógica em Portugal. Convém também salientar que os canais por onde se poderia exprimir uma nova visão sobre a cavalaria –como por exemplo as ordens militares⁴²– não ganharam adeptos em todos os sectores da aristocracia. Sabe-se hoje, por exemplo, que a grande maioria dos membros das ordens militares provinha dos meios urbanos, e não das velhas estirpes nobiliárquicas⁴³.

No entanto, terá sido ao longo dos séculos XII e XIII, através de um caminho demorado e progressivo, que foram germinando as sementes do ideal que dominou o horizonte mental da nobreza, e da realeza, nos séculos finais da Idade Média. Com a ascensão de D. Afonso III ao trono depois da sua longa estadia em França, terão chegado a Portugal os géneros literários que mais divulgaram a mentalidade cavaleiresca. Por essa altura, o ciclo arturiano começou a ser lido e recitado, tanto na língua original como nas traduções entretanto elaboradas⁴⁴.

⁴¹ Mattoso 1985b; 1993.

⁴² Mattoso 1985a, pp. 236-239.

⁴³ Oliveira 2009, pp. 47-62; Sottomayor-Pizarro 2009, pp. 143-155.

⁴⁴ Castro 1983, pp. 81-98; Miranda 1998, pp. 1562-1564. José Carlos Miranda também chama a atenção para as fortes ligações políticas de Portugal com o centro produtor desta literatura,

Desta primeira parte do artigo creio poder concluir-se que, entre os séculos XII e as primeiras décadas do XIV, o estatuto de cavaleiro manteve alguma pluralidade. É verdade que, por um lado, os que são identificados nas fontes diplomáticas e normativas como cavaleiros são muitas vezes homens de destaque num âmbito local (como fica patente nos forais concelhios ou nas Inquirições sobre o Norte senhorial) ou até na esfera da corte régia⁴⁵. Entre eles vão-se introduzindo, porém, certas distinções, tal como a lembrança da origem fidalga de alguns (os *cabalarío de linajem* ou *miles filius de algo*⁴⁶) por oposição aos que provinham de estirpes menos conhecidas ou relevantes. Mas também é verdade que foi lenta a associação entre fidalguia e ideário cavaleiresco em Portugal. Melhor dizendo, é difícil observar testemunhos de monta que sejam o reflexo de que os altos quadrantes da nobreza ao longo dos séculos XII e XIII vissem na cavalaria uma autoimagem, uma forma de identificação específica do seu estrato social. Daí que não abundem representações deste género, e é sintomático que os *Livros de Linhagens*, que se pretendiam espelhos da fidalguia –ou pelo menos de uma parte dela– não reflitam a existência de uma ideologia cavaleiresca solidamente estruturada e adotada pela nobreza. Neles, cavaleiro é um estrato qualificativo; neles, o termo não existe enquanto forma de elogio das linhagens pretensamente mais relevantes, aquelas cuja existência remontava aos confins do tempo e que, por essa razão, deveriam dispensar pangeíricos deste calibre, talvez mais suscetíveis de serem utilizados por aqueles que se haviam notabilizado mais recentemente. Nessas obras, *bons cavaleiros* são aqueles que pertencem a linhagens tidas como intermédias na hierarquia do grupo. Não quer dizer que a guerra –central para a ideologia cavaleiresca– não tivesse um papel decisivo para a vida destes homens, pois é certo que o tinha⁴⁷. Não seria por acaso que, no prólogo do *Livro Velho de Linhagens*, se sublinharia de forma tão evidente a intenção de contar a história das linhagens *dos bons homens filhos d'algo do reino de Portugal dos que devem a amar e a criar e que andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal*⁴⁸. Fosse por vigorarem modelos sociais e culturais diferentes, por resistência de antigas estruturas ou pela demora na chegada de novas correntes culturais e ideológicas⁴⁹, a realidade é que a ideologia cavaleiresca não deveria ter ainda por essa altura suficiente força e capacidade de atração dos diversos estratos aristocráticos.

com especial ênfase para a figura do infante D. Fernando, conde da Flandres. Veja-se Miranda 1996, pp. 93-99.

⁴⁵ Como fica também demonstrado na tese de Ventura 1992.

⁴⁶ Ventura 1992, p. 34.

⁴⁷ Mattoso 1995, pp. 235-241. Veja-se também Mattoso 2001b.

⁴⁸ Piel, Mattoso 1980, prólogo, pp. 55-58.

⁴⁹ Há que sublinhar a centralidade do espaço francês na composição do que veio a ser a ideologia cavaleiresca.

Em síntese, e tal como afirma Rodríguez-Velasco, *No quiere decir que los ricos hombres y los otros hombres honrados no sean caballeros, solamente que no es la caballería lo que los caracteriza*⁵⁰. A grande diferença para a segunda metade do século XIV e para o XV é que, nestas centúrias, a cavalaria lograria converter-se na imagem que identificava predominante o grupo aristocrático⁵¹.

3. CAVALARIA: IMAGEM E IDEOLOGIA DO GRUPO ARISTOCRÁTICO (SÉCS. XIV-XV)

Na *Crónica de D. Pedro*, Fernão Lopes conta que o monarca decidiu recompensar João Afonso Telo, um dos mais importantes fidalgos da sua corte, armando-o cavaleiro numa cerimónia de pompa e circunstância⁵². Este episódio é significativo pois demonstra em que medida, na segunda metade do século XIV, os rituais cavaleirescos se converteram numa espécie de simbologia de poder e de prestígio utilizados na corte régia, envolvendo o rei e a alta nobreza⁵³.

Para analisar a relação entre cavalaria e aristocracia no período final da Idade Média portuguesa, há que seguir essencialmente dois vetores: em primeiro lugar, qual o significado do estatuto cavaleiresco nesta cronologia? Mantém ou não a pluralidade que caracterizou o período anterior, e que mudanças e continuidades se podem detetar? Em segundo, qual a relação entre o discurso e os rituais cavaleirescos e os diferentes quadrantes da aristocracia (o patriciado urbano, a pequena e a alta nobreza)⁵⁴?

Acerca do primeiro ponto é possível dizer que se mantém uma certa continuidade face ao período anterior. Aqueles que são nomeados cavaleiros nas fontes diplomáticas (régias ou de outra proveniência) podem ser membros do que se poderia chamar a “baixa nobreza”, mas podem também ser indivíduos provenientes dos círculos urbanos, usufruindo ou não de um estatuto de

⁵⁰ Rodríguez-Velasco 1993.

⁵¹ Fenómeno que, para o caso português, Marques 1971, pp. 26-28 considerava uma sobrevivência forçada e deslocada da realidade. Para um estado da questão e revisão das posições científicas sobre o estudo da cavalaria no final da Idade Média veja-se Aguiar 2016, pp. 15-18.

⁵² Lopes 2004, pp. 60-61. Sobre a cerimónia de investidura cavaleiresca em Portugal veja-se Aguiar 2015a, pp. 13-46.

⁵³ Perfeitamente a par do que acontecia noutros espaços da Cristandade, como em França ou em Inglaterra. Veja-se Contamine 1976; Saul 2012, pp. 93-134.

⁵⁴ Recorde-se a definição de aristocracia proposta por Morsel e utilizada neste estudo: Morsel 2004, pp. 6-7.

fidalgua⁵⁵. Encontram-se, por um lado, indivíduos como Fernão Coutinho, apresentado num documento de 1438 como *cavaleiro da casa do rei*⁵⁶. Filho segundo de Gonçalo Vasques Coutinho⁵⁷, Fernão provem de uma das estirpes mais relevantes da fidalguia lusa pós-criese de 1383-1385. Encontramos também por essa época documentos que mencionam indivíduos provenientes de esferas sociais não tão proeminentes. Em 1433, um documento da chancelaria régia confirma a venda de uma terra de Álvaro Gonçalves da Maia, apodado de “cavaleiro”⁵⁸, enquanto nesse mesmo ano outro documento é emitido em favor de Fernando Eanes, *cavaleiro morador na cidade do Porto*⁵⁹. É possível encontrar estes mesmos indivíduos participando em reuniões da Câmara do Porto nos anos de 1431 e 1432. Nas listas de presenças elaboradas pelo escrivão da vereação, ambos surgem no topo da primeira coluna e são apodados de cavaleiros⁶⁰.

A designação de cavaleiro nas fontes diplomáticas (independentemente do agente produtor) continua a suscitar alguma ambiguidade caso se pretenda definir em contornos muito precisos a proveniência social dos indivíduos, misturando-se, conforme se pôde constatar nos exemplos avançados, homens pertencentes a linhagens importantes, outros talvez de famílias fidalgas conhecidas num plano meramente local, ou ainda cavaleiros moradores nas cidades, sobre os quais, de resto, recaem muito mais dúvidas em termos de identificação da sua proveniência e efetivo estatuto⁶¹. A documentação do Porto, se nomeia os cavaleiros acima citados como indivíduos de certa importância, inclusivamente a marcar presença nas reuniões da vereação nos anos de 1431 e 1432, não deixava de explicitar, numa reunião de 1411, que não podiam ser vizinhos nem proprietários de casas de aluguer ou de morada *fidalgos, donas nem caualeiros abades nem prioles nem pessoas poderossas*⁶². Significa que os cavaleiros que moravam no Porto não eram considerados nem “fidalgos” nem “poderosos”? Pela mesma época, uma carta de D. João

⁵⁵ Sobre esta matéria vejam-se Marques 1987, pp. 247-249 e 261-266; Pereira 1998, pp. 286-289; Sousa 1997, pp. 374-375. Vejam-se ainda as questões levantadas por Duarte 2001, pp. 91-106.

⁵⁶ Dias 1998, vol. I-2, doc. 846.

⁵⁷ Góis 2014, pp. 431-432.

⁵⁸ Dias 1998, vol. I-1, doc. 19.

⁵⁹ *Ibidem*, doc. 49.

⁶⁰ Machado, Duarte 1985, pp. 30, 53, 58, 81, 90, 102, 110, 112, 114, 116, 121.

⁶¹ Impõe-se, futuramente, um estudo mais aprofundado sobre a terminologia aplicada nas fontes. A designação *cavaleiro de espora dourada*, por exemplo, é reflexo da fidalguia do indivíduo a que se refere? Gama Barros acredita que sim e estabelece uma dicotomia entre os “cavaleiros de espora dourada” e os “cavaleiros de contia”, mas baseia as suas observações apenas nas *Ordenações Afonsinas* (Barros 1945, vol. II, p. 371, nota 4).

⁶² Ferreira 1980, p. 414

I recordava que em Lisboa seguia-se o costume de haver dois juizes de foro: um cavaleiro ou escudeiro e um cidadão⁶³. O documento faz portanto uma distinção clara entre o grupo dos cavaleiros e escudeiros e o grupo dos cidadãos. Enfim, esta dicotomia significa possivelmente que o estatuto cavaleiresco variava consoante a região do reino. Ser cavaleiro no Porto não era, aparentemente, a mesma coisa do que ser cavaleiro em Lisboa, mas a que razão se deve tal distinção? Tinham os contemporâneos perfeita consciência dos cavaleiros que podiam reclamar uma ascendência fidalga, por oposição aos que apenas gozavam desse estatuto pelos bens que possuíam?

Fosse como fosse, parece seguro aceitar-se a ideia de que eram homens com alguma importância social, pertencendo, com as devidas diferenças de escala, ao grupo dos privilegiados. Usufruíam, pela teórica função de defender o reino pelas armas, de vantagens económicas e honoríficas que também os distinguiram do comum da população. É curioso notar que deveria haver, mesmo da parte de alguns cavaleiros dos concelhos, uma certa consciência da importância da sua função e dos símbolos que lhe estavam associados. Em Lisboa, por exemplo, eles entregavam-se a justas e a outros exercícios similares e próprios do ofício cavaleiresco no dia do casamento das suas filhas⁶⁴.

O facto de existirem vantagens de diversa índole associadas à cavalaria explicará a reação presente, ao longo do século XV, contra uma hipotética desregrada difusão do estatuto. Fruto das diversas guerras frente a Castela, ou das lutas constantes nas praças norte-africanas, não faltaram campos de batalha nestas centúrias. Aproveitando-os com bravura, muitos teriam procurado merecer a investidura cavaleiresca que os catapultasse para um patamar social e honorífico superior. Crónicas e outros documentos fornecem abundantes indícios de homens que progrediram na hierarquia social através dessa recompensa⁶⁵. Em Aljubarrota, D. João I armou inúmeros cavaleiros⁶⁶, procedimento que repetiu algumas décadas mais tarde, depois da conquista de Ceuta, *a tamtos, ataa que com emfadamento os leixou de fazer*⁶⁷. As várias crónicas de Zurara são também um repositório de relatos de cercos e surtidas à volta das praças ou ao longo do litoral africano, no fim das quais não raras

⁶³ Arquivo Municipal de Lisboa. Arquivo Histórico, *Chancelaria da Cidade, Livro 1º de Provimto de Offcios*, doc. 10, f. 1-1v.

⁶⁴ Martins, 2014, p. 315. Não tenho conhecimento de um testemunho similar para qualquer outra parte do reino. É também importante recordar que em Castela a cavalaria urbana tinha uma forte tradição nas principais cidades e vilas do reino, onde os seus símbolos e tradições eram orgulhosamente mantidos. Veja-se Rodríguez-Velasco 2009.

⁶⁵ Aguiar 2015a, pp. 19-23.

⁶⁶ Lopes 1990-1991, vol. II, p. 78, 96-97.

⁶⁷ Zurara 1915, pp. 253-257.

vezes eram armados novos cavaleiros⁶⁸. A progressão pelas armas também é visível nas cartas de brasão, recompensas que os monarcas decidiam atribuir a homens que os tinham servido valorosamente nos campos de batalha. Numa delas, D. João II [r. 1481-1494] recompensou Pêro da Alcáçova depois de este ter estado presente nas tomadas de Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger, onde *por merecimento darmas honrra e groria maior do dito pero dalcaçeva o dito Rey meu padre ho armou Caualeiro*. Com tal prémio, Pêro da Alcáçova era elevado à categoria de fidalgo de cota de armas e era assim retirado *do numero jerall dos homens e conto pllebeyo e trazemos ao conto e estima e participaçaõ dos nobres fidalgos de limpo sangue*⁶⁹.

Que a guerra era um fator de reordenamento social tinham os contemporâneos perfeita consciência. Na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes lembrava como a crise de 1383-1385 havia sido um momento de profunda recomposição social, tendo-se levantado *outro mumdo novo, e nova geeraçom de gemtes*. Nesse mumdo novo que nascia, *filhos dhomeãs de tam baixa comdiçom que nom compre de dizer, per seu boom serviço e trabalho, neste tempo foram feitos cavalleiros, chamamdosse logo de novas linhageãs e apellidos*⁷⁰. Tanto a investidura tinha o poder de fazer ascender socialmente que Zurara lamentava que, depois da ida a Tânger em 1437, a ordem de cavalaria se tinha corrompido, passando a ser *dada a tantos que caasy nom auya na corte nenhuum que como alguma cousa fizesse que per sy ou per outrem nom requeresse cauallarya*⁷¹. Contra isto protestaram também os povos em Cortes. Em 1471-1472, declaravam ao rei que a prática desregrada da investidura era fonte de prejuízo para o exaurido erário régio. Pediam por isso que se instrúissem os capitães a restringir o ato àqueles que *taees e tam evidentes feitos fizeram que per sy a omrra da cavallaria mereçam*⁷².

Com as fontes disponíveis hoje em dia, e com a falta de estudos sistemáticos sobre a aristocracia quatrocentista nas suas várias dimensões, é difícil quantificar o peso real deste fenómeno. Há, portanto, que pesar as vozes que se foram fazendo ouvir contra o eventual desregramento do edifício social português, mas há também que ter presente que cada uma delas defendia interesses próprios. Nas Cortes nomeadamente, a voz do povo pertencia às elites dos concelhos mais importantes⁷³ –frequentemente mercadores e homens de negócios afastados do mister guerreiro– que procuravam porventura barrar o

⁶⁸ Aguiar 2016, pp. 50-66.

⁶⁹ Freire 1889, pp. 13-15.

⁷⁰ Lopes 1990-1991, vol. II, p. 350.

⁷¹ Zurara 1978, p. 151.

⁷² Dias 2015, pp. 110-111.

⁷³ Sousa 1990, vol. I, pp. 206-209, 526-527.

caminho aos aventureiros que se lançavam nas caravelas e acorriam às praças norte-africanas esperando regressar com outro estatuto, rompendo assim possivelmente o que essas elites concebiam como o estável e bom funcionamento da sociedade.

Fosse como fosse, nesta cronologia estava bem estabelecido no plano teórico quais eram as funções dos cavaleiros e quem é que deveria usufruir desse estatuto. As *Ordenações Afonsinas*, promulgadas pelos anos de 1446-1447 e, no que aos cavaleiros diz respeito, retomando quase na totalidade o título XXI da *Segunda Partida* de Afonso X⁷⁴, estabeleciam que eles eram os principais responsáveis pela defesa do reino e deviam ser fidalgos que *venham de direita linha de padre, e de madre, e d'avoo ataa quarto graao*⁷⁵. O rei D. Duarte [r. 1433-1438] também aborda esta questão em vários pontos da sua obra⁷⁶. Para o monarca, numa sociedade dividida entre oradores, defensores, lavradores e pescadores, oficiais (juízes, regedores, vedores e escrivães) e mesteiros, é aos defensores a quem cabe garantir a paz da terra, protegendo-a dos inimigos externos e internos. É por esse difícil e perigoso mister que os cavaleiros –aqueles que as *Ordenações Afonsinas* declaram ser a quem mais pertence a defesa do reino– usufruem de direitos e liberdades específicos, a que D. Duarte chama “liberdade da cavalaria”⁷⁷, e que os comprometem, por seu turno, a *que se ponham a todos perigoos e trabalhos que se lhes oferecerem*⁷⁸.

Na literatura escrita em Portugal no século XV acerca do ordenamento social do reino, os cavaleiros deviam ser fidalgos, estavam encarregados da defesa do reino e usufruíam, por desempenharem esse gravoso papel, de liberdades que os colocavam do lado dos privilegiados. Outros, como já se demonstrou, mesmo não tendo sido bafejados pela fortuna de um nascimento favorável, procuravam através das armas chegar a tal estatuto, certamente seduzidos pelas vantagens inerentes à “liberdade da cavalaria” de que falava o rei D. Duarte.

Salvo o facto de se dispor de textos que estabelecem este quadro teórico de forma mais articulada para o período final da Idade Média, parece não haver, a este nível, grandes diferenças para os séculos XIII e início do XIV. No entanto, como se assinalou no fecho da primeira parte deste estudo, a cronologia que se está agora a analisar é palco do surgimento de uma

⁷⁴ Alfonso X, *Partida segunda*, ed. Aurora Juárez Blanquer e Antonio Rubio Flores, título XXI, pp. 178-192.

⁷⁵ *Ordenações Afonsinas*, 1998, pp. 364.

⁷⁶ Questão abordada em Aguiar 2016, pp. 31-38.

⁷⁷ Duarte 1998, pp. 27-28.

⁷⁸ *Ibidem*, pp. 25-26.

nova relação entre a realeza e a alta nobreza com o discurso e os símbolos da cavalaria. No início da década de 1430, o infante D. João é chamado a dar a sua opinião sobre a possibilidade de uma nova empresa guerreira no Norte de África. A resposta do infante explana-se numa reflexão estruturada em dois polos aparentemente dicotómicos: o *siso*, que dizia que não se devia arriscar o certo pelo incerto, e a *cavalaria*. A cavalaria figura no discurso do infante como o risco sem o qual os grandes feitos não se conseguem. No entanto, segundo D. João, os que *em noso estado vyuem não podem ser quanto ao deste mundo ditos bons se honrra de Cauallaria non alcançao*⁷⁹. Por “noso estado” D. João queria dizer o estado dos defensores, aquele onde se integravam tanto os filhos dos reis como as grandes linhagens e os pequenos cavaleiros. Na sua perspectiva, nenhum deles seria honrado se não se lançasse em empresas arriscadas que os fizessem mercedores da honra de cavalaria.

Juntamente com este testemunho tão contundente, muitos outros produzidos em quatrocentos demonstram que o ideário cavaleiresco assumira um papel de grande relevância no horizonte mental da alta nobreza lusa. Certamente que a influência dos vultos da cavalaria inglesa presentes nos campos de batalha portugueses do final do século XIV não será alheia a esta difusão mais alargada⁸⁰, e autores como Peter Russell salientam a hipotética influência de Filipa de Lencastre no sentido de transmitir aos infantes da *Ínclita Geração* uma mentalidade cavaleiresca que valorizava as suas ascendências plantagenetas⁸¹. É importante recordar que muitos dos testemunhos de monta que se estão a examinar para esta cronologia resultam ou da pena ou da iniciativa e influência dos infantes, pelo que não é despidiendo considerar a importância central destas figuras no cimentar de uma nova visão em Portugal acerca da cavalaria⁸².

Trata-se de uma mutação que é também visível ao nível do léxico constante nas fontes⁸³. No século XV em particular, expressões como “estado cavalleiroso”⁸⁴, “ordem de cavalaria”⁸⁵ ou “honrra de Cavalaria”⁸⁶ podem ser encontradas nos vários tipos de documentos. Antes disso, nos documentos emitidos pela chancelaria régia, *cavalaria* refere-se às ordens militares. Por outro lado, o léxico que se encontra a partir do século XV passa também a ser uma forma de

⁷⁹ Duarte 1982, p. 47.

⁸⁰ Saraiva 1988, pp. 238-239.

⁸¹ Russell 2004, pp. 34-35.

⁸² Para uma perspectiva acerca das fases de difusão do ideário cavaleiresco em Portugal veja-se Aguiar 2015b, pp. 1-17.

⁸³ Aguiar 2016, pp. 22-28.

⁸⁴ Zurara 1915, pp. 24 e 61; Dias 2015, p. 111.

⁸⁵ Zurara 1915, p. 230; Chaves 1983, p. 170.

⁸⁶ Duarte 1998, pp. 22 e 47; Marques 1988, pp. 105-106.

elogio de certos personagens enquanto corajosos e esforçados guerreiros. Encarregado por D. Duarte da redação da crónica geral do reino, Fernão Lopes, contando os embates da crise de 1383-1385, refere-se a D. João I e a D. Nuno Álvares Pereira dizendo que *eram ambos de cavaleiros corações, e acompanhados de virtuosos costumes*⁸⁷. No que à realeza diz respeito, a crónica utilizará os motivos cavaleirescos como forma de louvor e reforço da honra do monarca. D. João I é retratado em Aljubarrota como se fosse *huñ simpres cavaleiro deseioso de guanhaar fama*⁸⁸; D. Afonso V [r. 1438-1481] é descrito por Rui de Pina como alguém com *aceso ardor de autos cavaleiros*⁸⁹. A escrita historiográfica assume moldes cavaleirescos para contar uma versão dos acontecimentos e para louvar os personagens que vão assumindo o protagonismo nas narrativas.

Para além do ciclo da crónica geral do reino, outros textos de encomenda ou patrocínio régio foram concebidos segundo moldes semelhantes e muito em voga na época⁹⁰. A obra dedicada a D. Nuno Álvares Pereira é uma biografia cavaleiresca⁹¹, na qual o jovem Nuno surge desde cedo inclinado para a realização de grandes feitos bélicos; ainda que muitas vezes possuído por um ardor de fama que o levam a atos precipitados, nunca se duvida da lealdade e da vontade de bem servir o monarca e companheiro D. João I. O rei D. Duarte, muito provavelmente um dos idealizadores da obra, concebeu um rascunho dos pontos que deveriam constar no elogio fúnebre do condestável nas suas exéquias, nele se contendo muitas ideias a que a narrativa dá corpo⁹². Trata-se, no fundo, de uma conceção teórica, por parte da coroa, do que é ser bom cavaleiro e do que isso implica no ordenamento do reino.

Para além da *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, as obras de Zurara, “espelhos de nobres”⁹³, utilizam desde logo os Meneses enquanto exemplos modelares. Os contínuos serviços da linhagem em África mereceram uma compensação singular por parte da coroa, concedendo-lhes o privilégio –apenas equiparável ao que havia sido dado a D. Nuno Álvares Pereira– de atribuir um título nobiliárquico e encomendar duas crónicas biográficas dos capitães de Ceuta e de Alcácer Ceguer. O texto dedicado a D. Pedro de Meneses tinha como objetivo divulgar *as grandes cavalarias daquele comde e dos outros que com elle comcorrerão*⁹⁴, tendência que se mantém na obra que tem o seu

⁸⁷ Lopes 1990-1991, v. I, p. 169.

⁸⁸ Lopes 1990, 91, vol. II, p. 107.

⁸⁹ Pina 1997, p. 704.

⁹⁰ Gaucher 1994.

⁹¹ Calado 1991.

⁹² Duarte 1982, pp. 225-229.

⁹³ Acerca dos moldes cavaleirescos da escrita de Zurara veja-se Aguiar 2016, pp. 50-65.

⁹⁴ Zurara 1997, p. 175.

filho D. Duarte como protagonista. Nelas, ambos os fidalgos são apresentados como figuras modelares, apenas preocupadas com o bom serviço do rei e o ofício das armas, para o qual, de resto, a narrativa apresenta-os como predestinados⁹⁵. Aos Meneses juntam-se muitos outros fidalgos cujos nomes vão sendo arrolados ao longo das narrativas, desde figuras proeminentes a nomes menos conhecidos. Todos, porém, merecendo epítetos semelhantes, retratados como “bons”, “fortes” ou “honrados cavaleiros”; todos figurando na galeria dos fiéis servidores da coroa nas guerras do Magrebe, posando para a história como bons cavaleiros e fidalgos que interpretavam com galhardia o “ofício” próprio da sua condição⁹⁶.

Os moldes da escrita historiográfica têm toda a pertinência. No *scriptorium* do conde D. Pedro de Barcelos, cerca de cem anos antes de Fernão Lopes e de Zurara, e de um século e meio de Rui de Pina, seria muito difícil que um rei ou um rico-homem fossem retratados nestes termos. No século XV, a corte régia parece ter feito um esforço para divulgar uma ideia acerca do discurso e dos símbolos da cavalaria a que a aristocracia não poderá ter ficado insensível.

A questão das investiduras é igualmente importante, não apenas como ato permissor da ascensão social de certos indivíduos, mas também enquanto cumprimento do *cursus honorum* cavaleiresco⁹⁷. Sobretudo para as altas esferas aristocráticas, que não careciam do ato para se promoverem socialmente, trata-se do cumprimento de um passo que, tal como afirmava o infante D. João, lhes trazia honra, respeito e reconhecimento dos pares, alimentado assim a coesão do grupo aristocrático. De facto, a documentação permite vislumbrar que para muitos fidalgos portugueses do século XV tal repto não se ficou apenas pelo papel. Os exemplos mais sonantes são naturalmente aqueles que envolvem a família real: a de D. Afonso, primeiro duque de Bragança, após a conquista de Tui⁹⁸; a dos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, seguidores entusiastas do fervor guerreiro do pai e dos maternos antepassados Plantagenetas, armados cavaleiros depois da conquista de Ceuta, em 1415; ou a do então futuro D. João II [r. 1481-1495], depois da tomada de Arzila⁹⁹. No caso específico de Ceuta, os infantes, depois de investidos, começam eles próprios a armar cavaleiros indivíduos da sua priverança, desde fidalgos relativamente desconhecidos até nomes sonantes como D. Pedro de Meneses¹⁰⁰.

⁹⁵ D. Duarte de Meneses, por exemplo, desde cedo “nunca podya fallar senom em cauallos e armas”, Zurara 1978, p. 51.

⁹⁶ Situação com potenciais dividendos na época. Veja-se Aguiar 2016, p. 55.

⁹⁷ Aguiar 2015, pp. 23-32.

⁹⁸ Lopes 1990-1991, v. II, pp. 380-382.

⁹⁹ Pina 1977, pp. 821-823.

¹⁰⁰ Zurara 1915, pp. 253-257.

Encontram-se nas crónicas de Zurara 31 notícias de investiduras, muitas das quais envolvendo vários indivíduos. O cronista ora aponta o nome dos agraciados, ora limita-se a afirmar que se *fezerom alguns caualleiros*¹⁰¹. O ritual dá expressão à fortaleza de quem pratica um feito cuja grandeza era suficientemente clara para merecer, aos olhos de todos, tal elevação. Era também por isso a etapa final de um percurso mais ou menos longo de aprendizagem do exercício das armas, por vezes de passagem do estatuto transitório de escudeiro a cavaleiro. São exemplos dessa progressão Diogo Lopes, que *era hum bom e nobre escudeyro e depoyz foi nobre cavalleyro*¹⁰², ou ainda Rodrigo Afonso Lobo, referido na documentação do ano de 1384 como escudeiro vasalo de D. João¹⁰³, mas sendo um dos que depois seriam armados cavaleiros em Aljubarrota, antes de enfrentar a carga castelhana¹⁰⁴. As crónicas de Zurara em particular são narrativas que espelham a importância do modo de vida cavaleiresco para a aristocracia do século XV. Nessa altura, o chamado “estágio marroquino”¹⁰⁵ tornou-se numa etapa essencial para a fidalguia, mesmo que muitos aí tivessem perdido a vida¹⁰⁶. Passar o mar e participar na defesa das praças, ou nas surtidas em terra de mouros, era exercício primordial para apurar a maturação dos jovens, permitindo-lhes alcançar honra de cavalaria e, com o avançar do século, tornou-se simultaneamente fonte de ganhos honoríficos e materiais essenciais para a promoção das linhagens.

Ainda assim, os testemunhos examinados até agora provêm invariavelmente do entorno régio. Se um dos focos de análise proposto neste artigo é a questão da cavalaria enquanto autoimagem da aristocracia, que dados de proveniência não-régia podem ser trazidos à colação? Como se viam e como se representavam os nobres e cavaleiros a si mesmos? Não chegou até aos nossos dias nenhuma crónica de encomenda senhorial como aquelas que iam sendo elaboradas noutros pontos do Ocidente Medieval, e que, por essa época, assumiam um pendor cavaleiresco. Não quer dizer que os fidalgos não tivessem consciência da importância da escrita enquanto forma de preservação da memória e do prestígio da linhagem, pois Zurara afirma que D. Leonor de Meneses foi uma das principais promotoras, junto do rei D. Afonso V, da redação da crónica em louvor de seu pai¹⁰⁷. Mas para além de testemunhos

¹⁰¹ Zurara 1978, p. 249.

¹⁰² Calado 1991, p. 92.

¹⁰³ Dias 2004-2006, vol. I, t. I, docs n° 36 e 108.

¹⁰⁴ Lopes 1990-1991, v. II, pp. 96-97.

¹⁰⁵ Sousa 1997, pp. 374-375. Para um panorama sobre a guerra no Norte de África veja-se a síntese de Duarte 2003, pp. 392-442.

¹⁰⁶ Aguiar 2016, p. 129.

¹⁰⁷ Zurara 1997, p. 175.

isolados como esse, apenas a tumulária e a epigrafia subsistem como reflexos mais evidentes da mentalidade aristocrática da época, sendo um testemunho da maneira como as linhagens pretendiam conservar a memória dos seus antepassados, no presente assim como nos dias vindouros. Alguns dos epitáfios elaborados no século XV utilizam justamente a cavalaria, com os seus valores e rituais, como forma de acentuar o prestígio do sepultado. Abriu-se este artigo com a descrição do túmulo e respetivo epitáfio de D. Pedro de Meneses, mas outros exemplos podem-se juntar. O de Rui de Melo, falecido em 1467, almirante durante o reinado de D. Afonso V e senhor de uma das importantes linhagens do século XV, enuncia que a sepultura pertencia ao *muito generoso fidalgo, e famoso cavaleiro Rui de Mello, que, por bondade de sua pessoa e valentia de suas armas fez muitos assinalados serviços ao dito Senhor Rey e Reynos*¹⁰⁸. O de João de Albuquerque relembra que a sua ascendência remontava aos monarcas castelhanos, e conta que participou na expedição às Canárias, comandada por D. Fernando de Castro, em 1424-1425, onde combateu e aprisionou um filho de um rei local. Esteve no desastroso cerco de Tânger, onde *Muyta : Gête : saluou* e ao longo de sua vida ofereceu sempre a sua pessoa *Aos / Grandes : P(er)uigos : Pro / s(er)uico : Dos Reys*¹⁰⁹. Em síntese, em ambos os epitáfios se encontram as qualidades referenciais da fidalguia: boa linhagem, lealdade ao rei e fortaleza nos feitos de armas. Noutros casos ainda, as linhagens quiseram recordar que o defunto tinha sido armado cavaleiro em dada altura da sua vida. Martim do Sem estivera em Ceuta *õde foy per o sor ifãte armado cavaleiro*¹¹⁰, e o epitáfio dedicado a Fernão Gomes de Góis recordava que D. João I o *fez cavaleiro o dia que filhou Çeuta aos mouros*¹¹¹.

4. CONCLUSÃO

Ao longo dos séculos XII e XIII, os indivíduos que exibiram o título de cavaleiro foram ganhando importância na hierarquia social, quer no Norte senhorial, quer nas áreas concelhias. Se eles eram originalmente apenas servidores nos séquitos armados de nobres e monarcas, com o tempo, porém, ser cavaleiro, de *linhagem* ou *vilão*, equivalia a deter –com as devidas diferenças dependendo da região e do contexto– um estatuto privilegiado. No entanto, foi lenta a imposição da ideologia cavaleiresca em Portugal. Se nessa

¹⁰⁸ Pontes 2008, p. 184.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 193.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 140.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 106.

cronologia as aristocracias de algumas regiões da Cristandade já usavam os símbolos e o discurso cavaleiresco como forma de autoimagem, em Portugal, contudo, eles parecem ter encontrado alguma resistência. Fosse pela sobrevivência de antigos modelos sociais e culturais, fosse pela lentidão na difusão e articulação do arquétipo cavaleiresco, a verdade é que só a partir de meados do século XIV é que se encontram testemunhos de monta que permitem detetar a adoção do ideário cavaleiresco por parte, por exemplo, da alta nobreza. Depois dessa barreira cronológica, e sobretudo no século XV, a cavalaria e os seus ideais e rituais tornam-se algo de imprescindível para o horizonte mental e social da aristocracia lusa nos seus diferentes quadrantes¹¹².

A corte régia, enquanto grande polo difusor das tendências culturais em Portugal, foi aparentemente o agente que mais contribuiu para a definição e imposição da ideologia cavaleiresca. Os seus ideais estavam por isso ao serviço de determinados objetivos. A missão da cavalaria era garantir a defesa do reino, a sua pacificação, servir como fiel e eficaz braço armado em tempos de crise. O louvor da *fortaleza* e das virtudes guerreiras fez-se em favor de causas consideradas justas e proveitosas para o reino¹¹³. Também por isso, a cavalaria serviu como forma de relação entre realeza e aristocracia¹¹⁴, com aquela a definir os contornos em que esta deveria usufruir do seu ancestral privilégio de fazer a guerra. Através da cavalaria, a coroa dispunha de mais um instrumento de controlo da estruturação da aristocracia, definindo, entre outras coisas, as vias através das quais era possível romper barreiras e progredir, renovando assim as fileiras do grupo.

Que impacto teve então a cavalaria na estruturação do grupo aristocrático? Nas cronologias mais recuadas, poder combater no dorso de uma montada era sinónimo de uma condição de privilégio e de domínio nas circunscrições concelhias. O estatuto cavaleiresco era transmitido geracionalmente, mas casos havia em que podia ser perdido¹¹⁵ –desvanecendo-se as vantagens a ele associadas– ou adquirido. Possibilidades que são, talvez, sinónimo de uma certa dinâmica social. Ao longo do tempo, estes sectores da aristocracia urbana foram-se fundidos com a cavalaria de linhagem, fidalgos provenientes do Norte do reino e que entretanto se começaram a interessar por regiões diferentes daquelas a que originalmente pertenciam. Ao longo dos sécu-

¹¹² Como afirma Maurice Keen, “Those fictions [o autor refere-se à literatura cavaleiresca] reaching out to an aristocratic audience of the widest extent, to the urban patriciates as well as to the landed nobility, nurtured what we call chivalry and courtliness into a framework embracing virtually every facet of noble existence”, Keen 2000, p. 220.

¹¹³ Aguiar 2016, pp. 65-66.

¹¹⁴ Sobre a relação entre coroa e aristocracia veja-se a síntese interpretativa de Sottomayor-Pizarro 2016.

¹¹⁵ No caso de se perder o cavalo e não se conseguir adquirir outro em tempo útil, por exemplo.

los XII e XIII, a cavalaria definia, na sua pluralidade de condições, o sector de base da aristocracia. Quando a partir da segunda metade do século XIV a ideologia cavaleiresca –com os seus símbolos, discursos e rituais– dá sinais de se ter imposto claramente, serve simultaneamente enquanto marca distintiva dos sectores da aristocracia que a ela aderem de forma mais entusiasta, mas também enquanto referência para os que pretendem subir na hierarquia social. Quer em períodos mais recuados, quer no final da Idade Média, a cavalaria funcionou, do ponto de vista da estruturação do grupo aristocrático, como algo que contribuiu tanto para a sua coesão interna –fornecendo sinais de identificação e de relação entre os aristocratas– como para a sua renovação, abrindo portas à promoção de alguns homens através da carreira das armas.

5. BIBLIOGRAFIA CITADA

- Aguiar, Miguel (2015a), “*Fazer Cavaleiros*”: *as cerimónias de investidura cavaleiresca no Portugal Medieval (Séculos XII-XV)*, “Cuadernos de Estudios Gallegos” 62/128, pp. 13-46 [Em linha]. <http://estudiosgallegos.revistas.csic.es/index.php/estudiosgallegos/article/view/381/388>, [consulta: 25/08/2016].
- Aguiar, Miguel (2015b), *Chivalry in Medieval Portugal*, “E-Journal of Portuguese History” 13/2, pp. 1-17. [Em linha] https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue26/pdf/v13n2a01.pdf. [consulta: 25/08/2016].
- Aguiar, Miguel (2016), *Ideologia Cavaleiresca em Portugal no Século XV* [Em linha], Porto (Dissertação de Mestrado), [Em linha] <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/83846>. [consulta: 13/09/2016].
- Aguiar, Miguel (2018), *Cavaleiros e cavalaria: ideologia, práticas e rituais aristocráticos em Portugal nos séculos XIV e XV*, Porto, Teodolito.
- Alfonso X, *Partida segunda*, ed. Aurora Juárez Blanquer, Antonio Rubio Flores, Granada, Impredisur, 1991.
- Arquivo Municipal de Lisboa. Arquivo Histórico, *Chancelaria da Cidade, Livro 1º de Provimento de Ofícios*.
- Barber, Richard (1995), *The Knight and Chivalry*, Woodbridge, Boydell.
- Barroca, Mário (2003), *Da Reconquista a D. Dinis*, em Barata, Manuel Theodoro; Teixeira, Nuno Severiano (dirs.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, pp. 90-139.
- Barros, Henrique da Gama (1945), *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, vol. II, Lisboa, Sá da Costa (2ª ed. Torquato de Sousa Soares).
- Barthélemy, Dominique (2007), *La Chevalerie*, Paris, Fayard.

- Calado, Adelino Almeida (ed.) (1991), *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Castro, Ivo (1983), *Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano da post-vulgata*, “Boletim de Filologia. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa” 28, pp. 81-98.
- Chaves, Álvaro Lopes de (1983), *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, ed. Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Coelho, Maria Helena da Cruz (1996), *Aristocracia Vilã*, em Coelho, Maria Helena da Cruz; Homem, Armando Luís de Carvalho (coord.), *Portugal em Definição de Fronteiras*, vol. III da *Nova História de Portugal*, eds. Serrão Joel; Marques, Antonio Henrique de Oliveira, Lisboa, Presença, pp. 252-260.
- Contamine, Philippe (1976), *Points de vue sur la chevalerie en France à la fin du Moyen Âge*, “Francia” 4, pp. 255-285.
- Dias, Diogo (2015), *As Cortes de Coimbra e Évora de 1472-1473: subsídios para o estudo da política parlamentar portuguesa*, Coimbra, Universidade (Dissertação de Mestrado).
- Dias, João José Alves (org.) (1998), *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, v. I-2, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- Dias, João José Alves (org.) (2004-2006), *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, v. I-1 e v. I-2. Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- Duarte, Dom, *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. João José Alves Dias, Antonio Henrique de Oliveira Marques, Lisboa, Estampa, 1982.
- Duarte, Dom, *Leal Conselheiro*, ed. Maria Helena Lopes de Castro, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.
- Duarte, Luís Miguel (2001), *Os melhores da terra (um questionário para o caso português)*, em Barata, Filipe Themudo (ed.), *Elites e Redes Clientelares: problemas metodológicos*, Lisboa, Colibri/CIDEHUS - Universidade de Évora, pp. 91-106.
- Duarte, Luís Miguel (2003), *África*, em Barata, Manuel Themudo; Teixeira Nuno Severiano (dir.); Mattoso, José (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, pp. 392-442.
- Ferreira, J. A. Pinto (1980), *Vereações, anos de 1401-1449*, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto - Gabinete da História da Cidade.
- Flori, Jean (1986), *L'Essor de la Chevalerie*, Genebre, Droz.
- Flori, Jean (1999), *Richard Cœur de Lion: le Roi-Chevalier*, Paris, Payot.
- Freire, Anselmo Braamcamp (1889), *Armaria Portuguesa*, Lisboa, Archivo Histórico Portuguez.

- Gaucher, Elisabet (1994), *La Biographie Chevaleresque: Typologie d'un Genre (XIII^e-XV^{ème} siècles)*, Paris, Honoré Champion.
- Góis, Damião de, *Livro de Linhagens de Portugal*, ed. António Pestana de Vasconcelos, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 2014.
- Grassoti, Hilda (1969), *Las Instituciones Feudo-Vasalláticas en León y Castilla*, vol. 1: *El Vasallaje*, Spoleto, Centro Italiano di Studi Sull'alto Medioevo.
- Kaeuper, Richard W. (2016), *Medieval Chivalry*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Keen, Maurice (2000), *Chivalry and the Aristocracy*, em Jones, Michael, *The New Cambridge Medieval History*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 209-221.
- Keen, Maurice (2005), *Chivalry*, Yale, Yale University Press.
- Livro das Leis e Posturas* (1971), Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Lopes, Fernão, *Crónica de D. João I*, ed. Humberto Baquero Moreno e Artur Magalhães Bastos 2 vols., [Porto], Civilização, 1990-1991.
- Lopes, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, ed. Giuliano Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2004.
- Lopes, Fernão, *Crónica de D. Pedro*, ed. Giuliano Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007.
- Lopes, Graça Videira; Ferreira, Manuel Pedro (eds.) (2011), *Cantigas Medievais Galego Portuguesas*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA, [base de dados online]: <http://cantigas.fcsh.unl.pt> [consulta: 13/09/2016].
- Machado, João Alberto; Duarte, Luís Miguel (1985), *Vereações, 1431-1432*, Porto, Arquivo Histórico - Câmara Municipal do Porto.
- Marques, Antonio Henrique de Oliveira (1980), *A Pragmática de 1340*, em *Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Vega, pp. 93-120.
- Marques, Antonio Henrique de Oliveira (1987), *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, em Serrão, Joel; Marques, Antonio Henrique de Oliveira (dirs.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, vol. IV, pp. 247-266.
- Marques, Antonio Henrique de Oliveira (1990), *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- Marques, Antonio Henrique de Oliveira (1971), *Cavalaria*, em Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, vol. II, pp. 26-28.
- Marques, João Martins da Silva (ed.) (1988), *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, suplemento ao volume I.

- Martins, Miguel Gomes (2014), *A Arte da Guerra em Portugal: 1245 a 1367*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Mattoso, José (1985a), *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa, Guimarães.
- Mattoso, José (1985b), *Cavalaria*, em Pereira, José da Costa (coord.), *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, Lisboa, Alfa, 1985.
- Mattoso, José (1993), *Cavalaria*, em Lanciani, Giulia; Tavani, Giuseppe (dirs.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 152-154.
- Mattoso, José (1995), *Identificação de Um País*, vol. I, *Oposição*, Lisboa, Estampa.
- Mattoso, José (2001a), *Os Livros de Linhagens Portugueses e a Literatura Genealógica europeia da Idade Média*, em *A Nobreza Medieval Portuguesa: a Família e o Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 27-41.
- Mattoso, José (2001b), *Cavaleiros andantes: a ficção e a realidade*, em *A Nobreza Medieval Portuguesa: a Família e o Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 259-271.
- Mattoso, José (2011a), *A nobreza e os cavaleiros vilões na Península Ibérica (séculos X a XIV)*, em *Naquele Tempo: Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 353-365.
- Mattoso, José (2011b), *Grupos sociais na fronteira*, em *Naquele Tempo: Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 367-378.
- Mattoso, José (ed.) (1980) *Portugaliae Monumenta Historica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Lisboa, Academia das Ciências.
- Miranda, José Carlos (1996), *Como o Rei Artur e os Cavaleiros da sua Corte demandaram o Reino de Portugal*, “Revista Colóquio Letras” 142, pp. 93-99.
- Miranda, José Carlos (1998), *A Dimensão Literária da Cultura da Nobreza em Portugal no Século XIII*, “Revista da Faculdade de Letras. História” 15/2, pp. 1562-1564.
- Morsel, Joseph (2004), *L'aristocratie médiévale*, Paris, Armand Colin.
- Morsel, Joseph (2015), *Quelques propositions pour l'étude de la noblesse européenne à la fin du Moyen Âge*, em *Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media (Actas de la XLII Semana de Estudios Medievales de Estella-Lizarrá, 21 al 24 de julio de 2015)*, Pamplona, Gobierno de Navarra, pp. 449-499.
- Oliveira, Luís Filipe (2005), *Os cavaleiros de Carneiro e a herança da cavalaria vilã na Estremadura. Os casos de Arruda e de Alcanede*, “Medievalista” 1 <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA1/medievalista-cavaleiros.htm>. [consulta: 29/08/2016].

- Oliveira, Luís Filipe (2009), *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: as Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve.
- Ordenações Afonsinas* (1998), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Palacios Martín, Bonifacio (1998), *La recepción de los valores caballerescos por la monarquía castellano-leonesa*, "Codex Aquilarensis: cuadernos de investigación del monasterio de Santa María la Real" 13, pp. 79-100.
- Pereira, João Cordeiro (1998), *A Estrutura Social e o seu Devir*, em Dias, João José Alves (coord.), *Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*, vol. V da *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), Lisboa, Presença, pp. 286-301.
- Piel, Joseph; Mattoso, José (1980), *Portugaliae Monumenta Historica: Livros Velhos de Linhagens: Livro Velho de Linhagens e Livro do Deão*, Lisboa, Academia das Ciências.
- Pina, Rui de, *Crónicas de Rui de Pina*, ed. Manuel Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmãos, 1977.
- Pontes, Luís Filipe (2008), *Do mundo da corte ao mundo da memória - subsídios para o estudo da mentalidade cavaleiresca da nobreza portuguesa, 1400-1521*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de Mestrado).
- Porrinas González, David (2015), *Guerra y Caballería en la Plena Edad Media: condicionantes y actitudes bélicas. Castilla y León, siglos XI al XIII*, Cáceres, Universidad de Extremadura (Tese de Doutoramento).
- Powers, James (1987), *A Society Organized for War: the Iberian Municipal Militias in the central Middle-Ages (1000-1284)*, Berkeley, University of California Press.
- Reis, António Matos (2002), *Origens dos Municípios Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Rodríguez Velasco, Jesús (1993), *De oficio a estado. La caballería entre el Espéculo y las Siete Partidas*, "Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale" 18-19, pp. 49-77.
- Rodríguez-Velasco, Jesús (2006), *Invenición y consecuencias de la Caballería*, em Fleckenstein, Josef, *La Caballería y el Mundo Caballeresco*, Madrid, Siglo XXI de España, pp. XI-XXX.
- Rodríguez-Velasco, Jesús (2009), *Ciudadanía, soberanía monárquica y caballería: poética del orden de caballería*, Madrid, Akal.
- Russell, Peter (2004), *Henrique, O Navegador*, Lisboa, Horizonte.
- Saraiva, António José (1988), *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa, Gradiva.
- Saul, Nigel (2012), *For Honour and Fame: Chivalry in England, 1066-1500*, London, Pimlico.

- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (1997), *Linhagens Medievais Portuguesas (1279-1325): Genealogias e Estratégias*, 3 vols, Porto, Universidade do Porto (Tese de Doutoramento).
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (2009), *A Participação da Nobreza na Reconquista e nas Ordens Militares*, em *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, GEsOS, pp. 143-155.
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (2015), *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones-Inquirições Gerais de D. Diniz de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (2016), *A Coroa e a Aristocracia em Portugal (sécs. XII-XV). Uma relação de serviço?*, em *Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media (Actas de la XLII Semana de Estudios Medievales de Estella-Lizarra, 21 al 24 de julio de 2015)*, Pamplona, Gobierno de Navarra, pp. 141-176.
- Sousa, Armindo de (1990), *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, 2 vols., Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Sousa, Armindo de (1997), *1325-1480*, em Mattoso, José (coord.), *A Monarquia Feudal*, vol. II da *História de Portugal*, Lisboa, Estampa, pp. 374-375.
- Sousa, Bernardo de Vasconcelos e (2007), *Linhagem e Identidade Social na Nobreza Medieval Portuguesa (Sécs. XIII-XIV)*, “Hispania” 68/ 227, pp. 881-898.
- Ventura, Leontina (1992), *A Nobreza de Corte de D. Afonso III*, 2 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra (Tese de Doutoramento).
- Viana, Mário (2012), *Os Cavaleiros de Santarém na segunda metade do Século XIII*, em Vilar, Hermínia Vasconcelos; Barros, Maria Filomena Lopes de, *Categorias Sociais e Mobilidade Urbana na Baixa Idade Média*, Lisboa, Colibri - CIDEHUS, pp. 61-81.
- Zurara, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I*, ed. Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915.
- Zurara, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, ed. Larry King, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 1978.
- Zurara, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, ed. Maria Teresa Brocado, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Junta Nacional de Investigação Científica, 1997.

Fecha de recepción del artículo: agosto 2015

Fecha de aceptación y versión final: septiembre 2016